

## “ERA IMPOSIÇÃO SEM SUPORTE”: ORGANIZAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO NA EDUCAÇÃO BÁSICA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19<sup>1</sup>

*“There were multiple requirements without support”: organization and working conditions in primary and secondary education during the covid-19 pandemic*

PASSINI, Eduardo Souza<sup>2</sup>

MAKEWITZ, Gabriela Gomes<sup>3</sup>

DIAS, Fernanda Gomes<sup>4</sup>

GIONGO, Carmem Regina<sup>5</sup>

### RESUMO

Este estudo possui o objetivo de descrever e analisar as transformações provocadas pela pandemia de COVID-19 na organização e nas condições de trabalho de docentes da educação básica no Rio Grande do Sul. Trata-se de uma pesquisa exploratória de metodologia mista, que contou com a participação de 686 professores. A coleta de dados foi realizada entre junho e outubro de 2021, de forma online, através de questionários e entrevistas semiestruturadas. Os dados foram submetidos à análise estatística descritiva e à análise temática. No momento da pesquisa, 53,5% dos participantes estavam exercendo atividades parcialmente presenciais e parcialmente remotas. Os docentes declararam estar trabalhando mais (85,6%), realizando mais horas extras (79%), com algum tipo de dificuldade em planejar e executar as atividades à distância (87%) e com dificuldades na utilização de ferramentas virtuais requeridas na realização de seu trabalho (80,4%). Todavia, apenas 43,1% tiveram formação promovida pela instituição de ensino. Os dados coletados evidenciaram um contexto laboral marcado pela sobrecarga de trabalho e pelo frágil suporte institucional. Concluiu-se que são necessárias políticas públicas de atenção à saúde do trabalhador na educação básica, fortalecendo os coletivos de trabalho e as ações de suporte aos docentes.

**Palavras-chave:** Professores. Saúde Mental. Trabalho. COVID-19.

---

<sup>1</sup> Trabalho inédito, não foi apresentado ou publicado, anteriormente, em encontros e/ou outros eventos científicos. Texto resultante de projeto de pesquisa intitulado “Vivências, Impactos e Transformações Provocadas pela Pandemia do Novo Coronavírus: um olhar sobre a saúde de trabalhadores e trabalhadoras no Brasil”. O projeto foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Feevale (parecer nº 4.178.888). A pesquisa não recebeu apoio de órgãos de financiamento/fomento.

<sup>2</sup> Graduando em Psicologia pela Universidade Feevale e em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista de Iniciação Científica do grupo de pesquisa em Psicologia, Subjetividade Contemporânea e Saúde Mental da Universidade Feevale e membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Saúde e Trabalho (NEST/UFRGS). E-mail: dudupassini@hotmail.com

<sup>3</sup> Graduanda em Pedagogia pela Universidade Feevale. Bolsista de Iniciação Científica do grupo de pesquisa em Psicologia, Subjetividade Contemporânea e Saúde Mental da Universidade Feevale. E-mail: gabrielagomesdias99@gmail.com

<sup>4</sup> Graduanda em Jornalismo pela Universidade Feevale. Bolsista de Iniciação Científica do grupo de pesquisa em Psicologia, Subjetividade Contemporânea e Saúde Mental da Universidade Feevale. E-mail: feggomesd@gmail.com

<sup>5</sup> Doutora e pós-doutora em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestre em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Graduada em Psicologia pela Universidade Feevale. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Saúde e Trabalho (NEST/UFRGS) e docente da graduação e pós-graduação em Psicologia na Universidade Feevale. E-mail: ca.aiesec@gmail.com

## ABSTRACT

This study aims to describe and analyze the changes caused by the COVID-19 pandemic in both organization and working conditions of primary and secondary education teachers in Rio Grande do Sul, Brazil. A total of 686 teachers took part in this exploratory research with a mixed methodology. Data collection was performed online between June and October 2021, through questionnaires and semi-structured interviews. Data were submitted to descriptive statistical analysis and thematic analysis. At the time of the survey, 53.5% of the participants were performing their activities partially on-site and partially remotely. The teachers indicated that they were working more (85.6%), doing more overtime (79%), having some difficulties in planning and implementing activities remotely (87%), and having difficulties in using the virtual tools required to perform their job (80.4%). Nonetheless, only 43.1% of them had been trained by the educational institution. The data collected revealed a work environment marked by work overload and poor institutional support. It has been concluded that occupational health public policies are necessary in primary and secondary education to strengthen work groups as well as support actions on behalf of teachers.

**Keywords:** Teachers. Mental Health. Work. COVID-19.

## INTRODUÇÃO

O mundo enfrenta, desde dezembro de 2019, uma das maiores crises sanitárias já registradas em esfera mundial. A doença COVID-19, causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2, identificado em um primeiro momento na China, já acometeu globalmente cerca de 600 milhões de pessoas que tiveram seus casos confirmados até setembro de 2022. Definida como pandemia em escala global e, portanto, um dos períodos mais difíceis já enfrentados pela saúde pública internacional, em que mais de 6,5 milhões de mortes por COVID-19 foram registradas. Dois anos depois, mesmo diante da vacinação e de novas medidas de proteção, ainda são vivenciados grandes picos de contágio da doença (WHO, 2022).

Como estratégia de enfrentamento à pandemia de COVID-19, foram adotadas drásticas medidas de biossegurança, como o isolamento e o distanciamento social, impactando diretamente, para além da saúde, os contextos sociais, culturais, econômicos e educacionais, ao passo que as novas configurações nessas instâncias se tornaram necessárias para evitar a propagação do vírus (GALLASCH *et al.*, 2020). Dentre essas transformações, destacam-se o fechamento de fronteiras, a restrição de eventos públicos, a suspensão de aulas presenciais, a proibição do funcionamento de estabelecimentos comerciais não considerados essenciais e a migração para o teletrabalho (SOUTO, 2020).

No que se refere ao sistema de educação e as novas práticas criadas para o enfrentamento da pandemia, a imprevisibilidade provocada pelo alto contágio e transmissão do vírus fez com que o fechamento parcial ou total das escolas afetasse mais de 90% dos estudantes em escala global, segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2020). No cenário brasileiro, com a finalidade de assegurar aos alunos a continuidade do ano letivo, as primeiras medidas de segurança se deram através do fechamento das escolas e universidades, com a instauração de portarias que garantiram o seguimento de aulas por meio da modalidade remota emergencial, permitida pela Lei de Diretrizes de Bases da Educação (BRASIL, 2020).

Dessa forma, a partir da legalidade do ensino remoto emergencial, a rotina docente adotou novos atributos. Esse fator surpresa fez com que os profissionais da educação

buscassem novos formatos de ensino, utilizando-se de recursos digitais e tecnológicos para dar continuidade às aulas em ambientes virtuais, muitas vezes sem o preparo e capacitação adequadas para tais mudanças no trabalho (MARTINS *et al.*, 2021). Professores tiveram sua rotina modificada, passando a trabalhar na própria casa e improvisando equipamentos e formas de atender seus alunos através de longos períodos de formação para a prática de propostas pedagógicas remotas. Além disso, vivenciou-se de maneira mais intensa uma indissociabilidade entre o trabalho doméstico e as atividades profissionais, fazendo com que não existisse mais uma barreira significativa entre esses dois campos (ARAÚJO; LUIZ, 2021). Nesse cenário, público e privado mesclaram-se: o teletrabalho, portanto, fez com que a área profissional e suas obrigações incorporassem o ambiente doméstico e as relações familiares.

A precariedade para o exercício da docência nessa modalidade limitou e fragilizou não somente os professores, mas também o acesso à educação pelos próprios alunos (FERREIRA; BARBOSA, 2020). Embora os instrumentos disponibilizados pelos órgãos de gestão fossem muitas vezes inviabilizadores de uma prática qualificada, ainda assim, os docentes foram responsabilizados por incentivar o desenvolvimento pedagógico dos alunos e torná-los participativos. Para tanto, além da maior disponibilidade de tempo exigida no processo de planejamento das aulas e correção de trabalhos nesta modalidade, os professores ainda precisaram organizar na sua rotina momentos para atendimentos individuais aos alunos e familiares através de ferramentas virtuais (SOARES 2020; ARRUDA, 2020).

Além disso, de modo semelhante à imprevisibilidade provocada pela pandemia e pela migração para o trabalho remoto, o retorno às aulas presenciais na maior parte das cidades brasileiras também ocorreu em condições epidemiológicas inadequadas (CRUZ; MARTINS; CRUZ, 2021). Destaca-se nesse cenário, o crescimento de 128% no número de contratos de trabalho encerrados por motivo de morte no setor da educação entre janeiro e abril de 2021, em relação ao mesmo período no ano anterior, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Nos subgrupos de ocupação, esse aumento foi de 137% em professores da Educação Infantil e Fundamental e de 258% em professores do Ensino Médio. Apesar do levantamento não apontar as causas das mortes, o aumento no número de desligamentos foi mais acentuado nas regiões com maiores taxas de mortalidade por COVID-19 (DIEESE, 2021). No Rio Grande do Sul, por sua vez, foram registrados, até julho de 2021, 3,7 mil casos da doença apenas em escolas estaduais, desde a reabertura das instituições em maio de 2021 (GALLISA, 2021).

O planejamento do retorno à presencialidade da comunidade escolar deve estar baseado no direito à saúde e ao trabalho digno dos professores e demais profissionais da educação, através da prevenção do contágio pelo vírus; da disponibilização gratuita de equipamentos de proteção adequados para o exercício de seu trabalho; e do acolhimento institucional frente aos medos e angústias inerentes ao contexto pandêmico (CAMPOS *et al.*, 2020). Assim, foram evidenciadas demandas de maior coordenação entre gestões de nível municipal, estadual e federal e da intersetorialidade envolvendo Educação, Assistência Social e Saúde.

A experiência de vivenciar uma pandemia, atrelada às dificuldades e incertezas diante da crise sanitária, refletiram diretamente na saúde física e mental da população, com impactos associados ao luto, insegurança e medo, além do próprio contágio (PLÁ, 2020). Em relação aos professores, esses fatores podem se agravar ao articularem-se com a organização e as condições de trabalho pouco adequadas, caracterizadas por

aumentos na carga horária, indisponibilidade de recursos, frágil suporte institucional e menor participação dos estudantes (OLIVEIRA; PEREIRA JUNIOR, 2021).

Para Dejours (2004), o conceito de organização do trabalho está atrelado aos aspectos da divisão do trabalho e da divisão dos seres humanos. A divisão do trabalho está relacionada ao escopo de atuação dos trabalhadores, ao modo como as atividades são organizadas, ao ritmo, à repartição e às prescrições de modo geral. Já a divisão dos seres humanos é composta pelas características de gestão que atuam na codificação e definição das relações de trabalho, tais como: os controles existentes, a hierarquia, o grau de autonomia, as possibilidades de cooperação e comunicação, as relações de poder e o comando de modo geral (DEJOURS; ABDOUCHELI, 2011). Desta forma, a organização do trabalho é diferenciada das condições de trabalho, sendo o segundo conceito definido como tudo que inclui o ambiente físico, químico e biológico, ou mesmo, as condições de saúde, segurança e higiene no trabalho. De acordo com Dejours (2004), as condições de trabalho se refletem no corpo do trabalhador, enquanto a organização do trabalho atua no nível do funcionamento psíquico. Portanto, esta organização pode se apresentar como fator de fragilização mental dos profissionais sendo também responsável pelo estado de saúde mental de seus integrantes.

Mesmo em um período anterior à pandemia, pesquisas já apresentavam dados preocupantes em relação ao adoecimento mental de professores decorrente de diversas modificações ocorridas no trabalho docente, como a fragilização de vínculos empregatícios (DIEHL; MARIN, 2016; TOSTES *et al.*, 2018). Com a pandemia, revela-se uma nova conjuntura de trabalho que acentua os agravos à saúde mental desses profissionais, uma vez que o ritmo do trabalho se torna mais intenso. Cruz *et al.* (2020) apontaram para a depressão e a ansiedade como as alterações mais frequentes na saúde mental dos docentes e indicaram que a maior parte desses trabalhadores estavam preocupados com a exposição ao novo coronavírus. Nesse sentido, a literatura destaca a constante sobrecarga dos docentes, em que há a necessidade de se reinventarem e planejarem novas metodologias de ensino, sem considerar, no entanto, as contradições das condições trabalhistas, estruturais e formativas desses trabalhadores da educação (OLIVEIRA; SANTOS, 2021).

Diante das argumentações tecidas, são diversos os impactos gerados no trabalho docente e, conseqüentemente, na forma de viver e adoecer desses trabalhadores. Além disso, tais efeitos repercutem diretamente na conjuntura de oferta e acesso de um ensino de qualidade à população, de modo a acentuar o cenário de desigualdades já existente na educação oferecida no Brasil. Frente a essas adversidades, cabe destacar que as novas configurações do trabalho possuem relação direta com a saúde dos trabalhadores, deste modo, analisar a organização do trabalho e as condições de trabalho dos docentes e o reflexo de suas características na saúde mental é de fundamental importância para o desenvolvimento de ações capazes de intervir nas situações que estejam gerando danos aos profissionais (DEJOURS, 2004; 2008). Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo descrever e analisar as transformações provocadas pela pandemia de COVID-19 na organização e nas condições do trabalho docente, compreendendo as vivências laborais de professores da educação básica no Rio Grande do Sul.

## **MÉTODO**

Este estudo possui um delineamento descritivo, transversal, de metodologia mista. Nesta abordagem, caracterizada pela coleta e análise de dados quantitativos e

qualitativos em uma única pesquisa, o pesquisador integra as duas formas de dados concomitantemente, combinando-os de modo a facilitar a compreensão do problema de pesquisa delimitado (CRESWELL; CLARK, 2013).

Participaram deste estudo 686 docentes da educação básica, do Estado do Rio Grande do Sul. De acordo com a Tabela 1, os participantes tinham em média 45 anos (DP: 9,85), sendo compostos em sua maioria por mulheres (83,9%), brancas (90,4%), que tiveram acesso à pós-graduação (77,3%). Foram considerados os seguintes critérios para participação do estudo: ser maior de 18 anos; estar atuando na educação básica; lecionar no Estado do Rio Grande do Sul; ter acesso às tecnologias de informação e comunicação; e consentir de forma espontânea a participação nesta pesquisa. Assim como foram considerados como critérios de exclusão: não consentimento de participação da pesquisa; lecionar apenas em outros níveis de ensino ou outras unidades federativas; e não possuir acesso à internet.

TABELA 1. DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS DOS PARTICIPANTES

<b>Gênero</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Mulher	575	83,9%
Homem	110	16,0%
Prefiro não indicar	1	0,1%
<b>Escolaridade</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Especialização	408	59,5%
Ensino Superior Completo	138	20,1%
Mestrado	106	15,5%
Doutorado	16	2,3%
Ensino Superior Incompleto	15	2,2%
Ensino Médio Completo	3	0,4%
<b>Raça/Cor</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Branca	620	90,4%
Parda	39	5,7%
Preta	20	2,9%
Amarela	4	0,6%
Indígena	3	0,4%

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Como instrumentos de coleta de dados quantitativos, foram aplicados um questionário sociodemográfico que levantou informações acerca da idade, gênero, escolaridade, configuração familiar, renda e vínculo de trabalho dos participantes; e um questionário que avaliou as condições e a organização do trabalho dos docentes. Além disso, como instrumento qualitativo foi aplicada a técnica de entrevista semiestruturada, definida como um modelo que, apesar de possuir um roteiro prévio, o entrevistado tem a possibilidade de falar livremente sobre o assunto investigado (MINAYO, 2006). A entrevista foi guiada por um roteiro composto por questões norteadoras relacionadas às vivências e transformações do contexto laboral provocadas pela pandemia de COVID-19.

A pesquisa foi realizada entre junho e outubro de 2021, de forma online, uma vez que esta estratégia era a mais recomendada no cenário de distanciamento social vivido pela sociedade no momento da coleta de dados. Neste sentido, a coleta foi realizada em duas etapas principais: a) aplicação dos questionários através da plataforma virtual *Google Forms*, em que a disponibilização e divulgação ocorreu através das redes sociais, com a ajuda de sindicatos, instituições escolares, associações de professores e setores de recursos humanos; e b) realização de entrevistas semiestruturadas através do *Google Meet*. Os professores que sinalizaram interesse em participar de outras etapas da pesquisa, deixaram seus contatos ao final do preenchimento dos questionários e foram contatados de maneira aleatória pelos integrantes do grupo de pesquisa. A partir do aceite dos docentes, foram realizadas entrevistas individuais, com duração média de uma hora. Os encontros foram gravados e transcritos na íntegra, com a concordância dos entrevistados e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Os participantes receberam explicações sobre todos os procedimentos éticos de coleta de dados, incluindo o sigilo da identidade, a possibilidade de desistência a qualquer momento sem causar qualquer prejuízo, a possibilidade de contatar os pesquisadores e sobre a ausência de risco ou danos a quem participar. Aqueles que consentiram em participar da pesquisa assinaram, por meio digital, o TCLE. O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Feevale (parecer nº 4.178.888). Além disso, destaca-se que o estudo está de acordo com as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016) do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e com as Normas do Conselho Federal de Psicologia (Resolução CFP Nº 016/2000, de 22 de dezembro de 2000).

A técnica utilizada para a análise dos dados qualitativos foi a análise temática, que consiste em delimitar os núcleos de sentido que integram o processo de comunicação, nos quais a presença ou a frequência com que aparecem signifique algo visado para o objeto analítico (MINAYO, 2016). Do ponto de vista operacional, essa análise desdobra-se em três etapas principais: a) pré-análise; b) exploração do material; c) tratamento e interpretação dos dados. Além disso, os dados quantitativos obtidos por meio do questionário foram submetidos à análise estatística descritiva, por meio do Pacote Estatístico para as Ciências Sociais (SPSS), versão 16.0.

## **RESULTADOS**

Os trabalhadores participantes da pesquisa são compostos, em sua maioria, por pessoas que possuem vínculo empregatício exclusivamente em uma única instituição de ensino (61,2%), que atuam na docência há mais de 10 anos (72,1%) e que trabalham na rede pública estadual de ensino (57,7%). Além disso, de acordo com a Tabela 2, a maioria dos trabalhadores (64,3%) atuaram predominantemente em *home office* ou teletrabalho durante a pandemia, apesar de que, no momento de participação da pesquisa, 53,5% já estavam exercendo atividades parcialmente presenciais e parcialmente remotas.

TABELA 2. CONTEXTO DO TRABALHO DOCENTE

<b>Nesse momento, você está:</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Com atividades híbridas	367	53,5%
Trabalhando presencialmente	170	24,8%
Em home office ou teletrabalho	131	19,1%
Afastado(a) do trabalho por motivo de doença	17	2,5%
Aposentado(a)	1	0,1%
<b>Predominantemente, você esteve:</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Em home office ou teletrabalho	441	64,3%
Com atividades híbridas	219	31,9%
Trabalhando presencialmente	18	2,6%
Afastado(a) do trabalho por motivo de doença	6	0,9%
Desempregado(a)	2	0,3%

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Diante dessas novas modalidades do trabalho docente, marcadas pela demanda de atividades que, ora presenciais, ora remotas, os dados coletados evidenciaram um contexto laboral descrito, essencialmente, por sobrecargas de trabalho. Destaca-se, assim, que 85,6% dos participantes declararam estar trabalhando mais e 79% estavam realizando horas extras, ao passo que apenas 14,7% estavam realizando mais intervalos. Da mesma forma, em relação à jornada de trabalho, 41,3% dos professores estavam trabalhando mais de 40 horas semanais. As falas dos entrevistados expressam esse panorama:

Durante a pandemia a gente triplicou nosso trabalho, acho que todos são unânimes quando falam sobre isso, na questão de trabalho, de envolvimento com aluno, de prazo, de inúmeras planilhas solicitadas pelas escolas que não tem fundamento nenhum, é apenas uma burocracia interna (Entrevistada A.).

A questão de voltar não me incomodou, pois eu já estava bem estressada de ficar em casa, era tudo muito complicado, em casa tu não tem horário pra trabalhar né. Trabalhava das 8h ou 9h da manhã até 00h, tinha pais ali que te chamavam 10h ou 11h da noite, então realmente o fato de voltar para a escola não me incomodou. Claro que tive um pouco de medo pela questão do contágio, mas a questão do trabalho fora de hora me incomodava mais, pois era muita coisa: planejamento pros alunos que estavam na escola; planejamento pros alunos que estavam no híbrido; planejamento para os alunos que não iam frequentar a escola e permaneciam no remoto... (Entrevistada B.).

E eu sempre fui uma pessoa muito participativa, muito, muito, muito. Aí no remoto essa participação ela realmente foi progressão geométrica, porque daí tudo demandou muito mais. Então, aquilo que eu já estava participando presencial parece que eu faço muito mais coisa, mas, no entanto, não é, se vai botar no papel, não é tanta coisa assim (Entrevistada C.).

Frente às adaptações necessárias nas novas configurações do trabalho, 87% dos docentes relataram ter algum tipo de dificuldade em planejar e executar as atividades à distância, bem como 80,4% tiveram dificuldades na utilização de ferramentas virtuais

requeridas na realização de seu trabalho. Ainda sobre o uso dos recursos digitais, 89,6% dos participantes declararam que a própria instituição de ensino indicou as ferramentas a serem utilizadas, todavia menos da metade (43,1%) tiveram formação ou orientação promovidas pela instituição. Soma-se a isso, como observado nas entrevistas, o pouco apoio institucional oferecido a esses trabalhadores associado ao aumento das demandas de trabalho: “Eu acho que a gente foi muito exigida sem nenhuma contrapartida, era o mínimo, sabe? Eu não sabia usar o *Meet*, eu nunca usei *Meet* e eu tinha que dar aula pelo *Meet*, mas ninguém me ensinou, não me mandaram nem um vídeo tutorial” (Entrevistada E.).

Foi tudo meio na marra, aprender sozinho. Foi imposto o atendimento pelo telefone e não podia ser utilizado o nosso número pessoal, então eu tive que sair na loucura da pandemia, comprar um chip novo com o meu dinheiro pra fazer atendimento pelo celular. Era imposição sem suporte. Teve dias em que eu me encontrava tão estressada, que eu ligava o computador e só conseguia chorar na frente da tela (Entrevistada B.).

Além disso, como indicado na Tabela 3, 82,6% dos professores sofreram alterações nas atividades exercidas, 63% tiveram benefícios reduzidos e mais de um terço (34,5%) sofreram reduções salariais. No que tange às estratégias de apoio aos trabalhadores diante de tais mudanças, 51,6% referiram receber apoio sindical e 47% possuíam algum canal de comunicação ou apoio da instituição de ensino frente às dificuldades.

TABELA 3. ORGANIZAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

	Sim		Não	
	n	%	n	%
Possui equipamentos de proteção?	458	75,3%	150	24,7%
Sua carga horária de trabalho foi reduzida?	59	8,8%	612	91,2%
Sua remuneração foi reduzida?	232	34,5%	440	65,5%
Suas atividades foram alteradas?	561	82,6%	118	17,4%
Seus benefícios foram reduzidos?	419	63%	246	37%
Recebe apoio sindical?	312	51,6%	293	48,4%
Possui canal de comunicação ou apoio da instituição frente às dificuldades?	291	47%	328	53%

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Em relação aos recursos materiais oferecidos pelas instituições aos professores, metade dos participantes (50,1%) tiveram acesso a computadores disponibilizados. Apesar disso, outros equipamentos ou recursos foram minimamente distribuídos aos participantes da pesquisa: 15,3% tiveram acesso à internet oferecido pela instituição; 10,8% receberam fones de ouvido e microfone; 8,3% obtiveram mobiliário; e apenas 4,2% tiveram telefone para uso profissional. O relato da entrevistada ilustra essa relação com a instituição de ensino: “A instituição para nós era sempre a máquina de trabalho, e nunca vista como um apoio, não havia essa característica de acolhimento, não havia um ambiente para que se desenvolvesse esse acolhimento que tanto a gente precisou nesse período” (Entrevistada A.). Outra participante complementa:

A gente teve pouquíssimo apoio da escola e agora no retorno também, a gente vê a escola mais preocupada com questões administrativas [...] A questão da pandemia, também, com esse apoio da higienização, do uso da máscara, também não tem. A nossa equipe diretiva acha que não é fundamental, então fica muito para o grupo das professoras fazer isso (Entrevistada F.).

As falas dos entrevistados, ainda, demonstram esses agravos ocupacionais associados às mudanças no contexto laboral: “Também não tínhamos hora para poder fazer as coisas, porque eles [equipe diretiva] chamavam toda hora para reuniões. Então foi uma carga excessiva de trabalho e por conta disso eu tive um problema no meu braço direito” (Entrevistada G.); “Chegou um ponto onde eu me vi adoecendo, pois eu não dava mais conta de tudo, não dava conta de preencher documentação, de fazer chamada, de fazer planejamento, enviar coisas, corrigir” (Entrevistada B.); “Mas, pra mim, pela dificuldade e pelo cansaço mental que é essa relação pra mim, fica tudo pior, tudo pior. Tem vez que eu tô falando contigo, assim ó, eu tenho vontade de chorar, tem vez que eu tenho vontade de chorar, entendeu?” (Entrevistada C.). Além disso, outro participante corrobora a discussão:

No ensino on-line eu tava muito desanimado, fiquei até depressivo. Eu contratei uma psicóloga porque tu fica muito tempo em casa e daí começa a fazer uma revisão da vida, do que deu certo e do que não deu. E quando tu vê que tu não está conseguindo trabalhar. A gente tem muito esse negócio, né? O trabalho aliado à realização da vida. Com certeza. Realização profissional. Eu não consegui atuar como eu gostava de fazer (Entrevistado D.).

Por fim, frente às mudanças provocadas pela pandemia no trabalho docente, 49,4% dos participantes alegaram continuar convictos acerca de sua escolha profissional. Por outro lado, 32,8% referiram ter refletido sobre o assunto, enquanto 17,8% declararam ter pensado em abandonar a profissão. Os relatos extraídos das entrevistas exemplificam essa situação:

Aí tu perguntou, assim, se teve alguma perda, alguma coisa. Não, eu não tive nenhuma perda, eu não morri, não morreu ninguém ou não perdi ninguém, eu não perdi dinheiro, não perdi o emprego, eu não perdi nada... Mas eu perdi o tesão de dar aula, perdi o vício de ser professora e isso está me matando (Entrevistada C.).

Esse cenário me causou insegurança, principalmente em relação ao futuro da profissão. Na questão do meu futuro profissional e pessoal, eu tinha que fazer alguma coisa e, nesse momento, por mais contraditório que parecesse, a minha opção era sair. Quando ensinam pra gente na escola que a gente tem que adotar como profissão uma coisa que a gente acredita, eu disse isso pros meus alunos no meu último dia: ‘Eu não deixei de acreditar na educação, mas deixaram de acreditar na gente’. Por isso eu fiz questão de participar da entrevista, porque é uma forma de nos ouvirem (Entrevistada A.).

## DISCUSSÃO

A organização do trabalho na educação básica no contexto da pandemia de COVID-19 pode ser caracterizada pela sobrecarga laboral, demandando maior dedicação ao trabalho, redução das pausas e intervalos e aumento da conexão dos professores às redes sociais e ferramentas de comunicação com os alunos, familiares e colegas. Observa-se que, dentre os desafios enfrentados durante o período pandêmico, o uso de recursos digitais que antes não faziam parte do trabalho docente tornou-se essencial para viabilizar as práticas educativas, mas também representou um importante fator de sobrecarga, visto que os professores afirmaram não se sentirem

preparados para o uso de alguns recursos digitais. Dados similares aos achados neste estudo foram encontrados em outras pesquisas realizadas, como a falta de apoio institucional frente à formação necessária para o uso dos novos mecanismos tecnológicos (SILVA; PETRY; UGGIONI, 2020).

O frágil apoio institucional relatado pelos participantes perpassa aspectos relacionados à formação e ao uso adequado de ferramentas digitais, mas também se materializou na diminuição dos salários, na ausência de oferta dos recursos necessários para o trabalho e, até mesmo, na ausência de disponibilidade de equipamentos de proteção individual adequados. No que se refere ao papel sindical, mais da metade dos participantes contaram com apoio das entidades, fator que pode ter impedido uma situação ainda mais grave de precarização e perda de direitos dos trabalhadores, além de representar um importante fator de proteção à saúde e fortalecimento da categoria. Cabe salientar que dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que apenas 11,2% dos trabalhadores brasileiros são sindicalizados (IBGE, 2019).

Apesar da presença e apoio sindical, observou-se que a extensão da jornada de trabalho e da sobrecarga laboral evidenciada não foi reconhecida do ponto de vista salarial, já que muitos participantes tiveram sua remuneração e benefícios trabalhistas reduzidos. Esses fatores se agravam, sobretudo, frente à necessidade de adaptação ao cenário doméstico para atender as demandas de trabalho, muitas vezes sem as condições para compor um ambiente profissional adequado em que, na ausência de um escritório ou espaço já existente, salas de estar, quartos e mesas de jantar foram utilizados para dar continuidade às tarefas laborais (OLIVEIRA; PEREIRA JUNIOR, 2021). Essa migração no contexto de trabalho, atrelada à indisponibilidade de suporte institucional, também demandou um maior investimento financeiro desses trabalhadores, uma vez que os custos dos recursos materiais necessários para o exercício da docência recaíram sobre os professores.

Os resultados, de modo geral, apontaram que os docentes enfrentaram dificuldades na migração do ensino presencial para o remoto, pois não foram preparados para lidar com os recursos digitais e sofreram impasses para planejar e executar atividades de ensino à distância. Diante disso, diversos relatos apontaram para vivências de sofrimento relacionadas ao desamparo institucional, a sobrecarga de trabalho e as dificuldades pedagógicas experienciadas. Nas falas dos professores e professoras, palavras como ansiedade, cansaço mental, insegurança e estresse demonstraram o adoecimento gerado frente ao seu contexto laboral. Corroborando esses achados, Saraiva, Traversini e Lockmann (2020) reforçam que os sentimentos gerados diante das rápidas adaptações, a ansiedade gerada pelas condições sanitárias, a insegurança e a invasão do trabalho no ambiente doméstico têm levado os profissionais da educação a um estado de exaustão. De forma semelhante, uma pesquisa realizada com gestores de escolas públicas estaduais de Porto Alegre evidenciou que os professores estavam mais sobrecarregados e vivenciando sentimentos de medo, frustração e incerteza diante das novas demandas provocadas pela pandemia (FAGUNDES, 2021). Como consequência disso, faz-se necessário destacar a importância de um olhar atento das instituições de ensino para as necessidades dos trabalhadores docentes quanto aos recursos para a efetivação do trabalho e aos fatores de risco e proteção relacionados à saúde. O apoio institucional aos professores é fundamental, visto que auxilia as equipes a lidarem com o excesso de demandas, ampara e valida o trabalho, fortalecendo estratégias individuais e coletivas para a realização das atividades (GONÇALVES; GUIMARÃES, 2020).

Além disso, cabe destacar que aspectos relacionados à organização do trabalho, como o aumento da jornada de trabalho, a realização de horas extras e o frágil suporte emocional e psicológico relatados pelos participantes, estão intimamente relacionados às precárias condições de trabalho, como a inexistência de suporte material para a realização de seu trabalho. Esses elementos, por sua vez, encontram seu sustento na precarização estrutural do trabalho, já anterior à pandemia. Ao tratar da precarização do trabalho docente, Moura *et al.*, (2019) evidenciam fatores como a exaustiva jornada de trabalho e a extrapolação à sua área de formação, em que, em algumas situações, os professores são levados a cumprir, por exemplo, o trabalho do assistente social, do psicólogo e do psicopedagogo, uma vez que o sistema educacional não oferece serviços adequados e, ainda, cobra eficiência e resultados positivos da equipe docente.

Nesse contexto, Moura *et al.* (2019, p. 11) reforçam que, em detrimento de melhores condições de vida e de trabalho, a precarização do trabalho docente integra um projeto de sociedade que privilegia o desenvolvimento econômico em que “a desvalorização, a desapropriação e a desqualificação do trabalho docente, a cada dia, intensificam-se, dadas as investidas neoliberais que se manifestam em ações do Estado”. Ações estas que se exemplificam através da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241, na Câmara dos Deputados, e da PEC 55, no Senado Federal, que geraram a Emenda Constitucional 95, conhecida como a PEC do Teto dos Gastos, que preconiza o congelamento de gastos públicos com a Educação, entre outros serviços, por 20 anos (BRASIL, 2016). Já no Rio Grande do Sul, como forma de flexibilização das relações de trabalho, tem-se historicamente a política de contratação temporária de trabalhadores docentes na rede estadual de ensino através da Lei estadual nº 10.376 de 1995, atualizada até a Lei nº 15.579 de 2020, que prorroga esses contratos temporários por até três anos (RIO GRANDE DO SUL, 1995; RIO GRANDE DO SUL, 2020).

O trabalho docente constitui-se enquanto um pilar para a formação dos cidadãos. São os professores os responsáveis pela transmissão e mediação de saberes historicamente produzidos. Assim, o trabalho docente encontra sua finalidade, com frequência, ao contribuir na construção e transformação dos sujeitos em direção à humanização e à socialização (MARTINS; DUARTE, 2010). Apesar disso, Tardif e Lessard (2014) chamam a atenção para a atividade docente enquanto uma ocupação pouco valorizada na sociedade capitalista por ser considerada apenas uma preparação para o desenvolvimento do trabalhador ‘real’, produtivo. Quanto à sobrecarga, esses trabalhadores têm demandas diversas e a sua jornada de trabalho ocorre dentro e fora da instituição escolar. Nessa perspectiva, Gomes *et al.* (2012, p. 280) apontam que a prática pedagógica está diretamente atrelada a estrutura física das escolas, a jornada de trabalho adequada, aos salários justos, ao plano de carreira e a organização do tempo e do espaço, uma vez que “sem essas condições materiais, a tendência é que os professores não se reconheçam no produto de seu trabalho”.

Conforme Dejours (2007), o trabalho perde seu estatuto de sofrimento e passa para prazer ao passo que a qualidade do trabalho é reconhecida e os desânimos e contradições adquirem sentido. Em sua integralidade, o trabalho docente é identificado como uma atividade ocupacional fortemente exigente em relação às cargas psíquicas e de alta exposição a estressores psicossociais. Com condições frequentemente adversas, o alto investimento afetivo dos trabalhadores docentes para responder às demandas da profissão produz crises de eficácia e desempenho, mas não gera reconhecimento (CARLOTTO *et al.*, 2015). No contexto pandêmico, com aulas híbridas ou remotas, essa dinâmica se mantém em um cenário em que a falta de recursos emerge enquanto

agravante de uma situação já desfavorável a estes trabalhadores, uma vez que a o apoio institucional deveria ser fator de proteção que os permitiria lidar de modo mais adequado frente às demandas impostas (GONÇALVES; GUIMARÃES, 2020).

Através dos relatos, percebe-se a angústia dos docentes diante da situação da organização e das condições de trabalho em que a educação se encontrou durante a pandemia. Uma das áreas mais essenciais da sociedade, a esfera educacional, sofreu grandes abalos e segue tentando se reestabelecer. No Rio Grande do Sul, o desempenho da educação básica em 2020 foi inferior ao da média nacional, segundo o Observatório do Plano Nacional de Educação (2020). Somado a isso, observou-se que muitos participantes se sentiram inseguros quanto à qualidade e efetividade do seu trabalho, levando à exaustão. É nesse sentido que Gomes *et al.* (2012) sinalizam, enquanto consequência da precarização do trabalho docente, o crescimento da responsabilidade posta nos professores não somente pelo sucesso ou fracasso dos alunos, mas também do próprio sistema de ensino.

Se, como referido, o sofrimento no trabalho pode ser resignificado através do reconhecimento, como garantir esse reconhecimento em um cenário em que o trabalho docente é sistematicamente precarizado? Visto por este ângulo, depreende-se que as transformações provocadas no trabalho docente pela pandemia do novo coronavírus encontram em seu cerne processos que não são assim tão novos, pois amparam-se em um movimento já existente de precarização do trabalho e desmonte da educação brasileira. Assim sendo, cabe destacar que a precarização do trabalho docente deve ser compreendida no quadro das mutações em curso no mundo do trabalho em um contexto marcado pela hegemonia de políticas neoliberais, tal qual apontam Antunes e Alves (2004).

Logo, pensar no trabalho docente em tempos de pandemia implica pensar no trabalho docente pré e pós-pandemia. No período “pós-pandemia” ainda é possível observar marcas deixadas pela naturalização do aumento de trabalho característico do tempo em que vigoravam as medidas de isolamento social. O grande crescimento de registros pedagógicos e estratégias de acompanhamento continuam fazendo parte da rotina escolar, mesmo que o tempo destinado a essa parte documental do trabalho docente seja relativamente curto para tal demanda. Ademais, faz-se importante ressaltar a luta que professores ainda enfrentam para a garantia do tempo de planejamento didático, o qual deveria ser semanal. Seja nas salas de aula, seja na tela de videoconferência, o contexto de trabalho que atravessa esses professores e professoras tem sido marcado por constantes desafios e dificuldades que demandam a elaboração de seu sofrimento. Sofrimento este que emerge das contradições que a dimensão material do trabalho docente apresenta, e que requer um olhar atento das instituições de ensino e das políticas públicas voltadas a esses trabalhadores (FORATTINI; LUCENA, 2015).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo teve como objetivo descrever e analisar as transformações provocadas pela pandemia de COVID-19 na organização e nas condições do trabalho docente, compreendendo as vivências laborais de professores da educação básica no Rio Grande do Sul. Do ponto de vista da organização do trabalho, os resultados apontaram para uma sobrecarga de trabalho dos professores, ocasionada pela necessidade de adaptação do processo de ensino-aprendizagem à modalidade remota e, posteriormente, à organização da retomada das aulas presenciais. Neste contexto,

a maioria dos participantes não recebeu as condições de trabalho necessárias para a execução das atividades e contou com precário apoio institucional. Este processo, associado aos impactos emocionais causados pela pandemia de COVID-19, resultou em vivências de sofrimento, sensação de despertencimento e prejuízos na construção da identidade profissional.

Percebeu-se, através dos relatos dos participantes da pesquisa, que a responsabilização pelo acesso à educação no contexto da pandemia de COVID-19 recaiu fortemente sobre os professores, que precisaram lançar mão, não apenas de recursos materiais próprios para efetivarem o ensino remoto, mas também de recursos emocionais e subjetivos. Como problematizado por Gomes *et al.* (2012) é preciso lembrar constantemente que a prática pedagógica e a qualidade da educação estão diretamente associadas às condições dignas de trabalho e de saúde dos docentes. Sem apoio e garantias institucionais e governamentais, a responsabilização pelo direito à educação continuará incidindo sobre os professores.

Diante deste cenário marcado pela intensificação da precarização do trabalho docente, cabe destacar que mais da metade dos participantes contaram com apoio sindical, aspecto que merece ser reconhecido em um contexto de diversos ataques às instituições que contribuem para a garantia de direitos dos trabalhadores brasileiros. Finalmente, salienta-se que a sobrecarga que esteve e ainda está presente no trabalho docente, deve ser compreendida no âmbito do planejamento e execução de políticas preventivas para futuras situações similares e de ações que estimulem o suporte institucional e a coletivização desses trabalhadores. Concluiu-se que são necessárias políticas públicas de atenção à saúde do trabalhador na educação básica do Rio Grande do Sul, fortalecendo os coletivos de trabalho e as ações de suporte aos docentes.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, v. 25, p. 335-351, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000200003>. Acesso em: 23 set. 2022.

ARAÚJO, Tânia M. de; LUA, Iracema. O trabalho mudou-se para casa: trabalho remoto no contexto da pandemia de COVID-19. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 46, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000030720>. Acesso em: 23 set. 2022.

ARRUDA, Eucídio P. Educação Remota Emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. **EmRede - Revista de Educação a Distância**, v. 7, n. 1, p. 257-275, 2020. DOI: <https://doi.org/10.53628/emrede.v7.1.621>.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer do Conselho Nacional de Ensino/Conselho Pleno (CNE/CP) nº 5, de 28 de abril de 2020**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category\\_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 6 jun. 2022.

CAMPOS, Maria M. *et al.* Para um retorno à escola e à creche que respeite os direitos fundamentais de crianças, famílias e educadores. **ANPEd**, 2020. Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/para-um-retorno-escola-e-creche-que-respeite-os-direitos-fundamentais-de-criancas-familias-e>. Acesso em: 23 ago. 2022.

CARLOTTO, Mary S. *et al.* O papel mediador da autoeficácia na relação entre a sobrecarga de trabalho e as dimensões de Burnout em professores. **Psico-usf**, v. 20, p. 13-23, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-82712015200102>. Acesso em: 23 set. 2022.

CRESWELL, John W.; CLARK, Vick L. Plano. **Pesquisa de métodos mistos**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

CRUZ, Roberto M. *et al.* Retorno ao trabalho? Indicadores de saúde mental em professores durante a pandemia da COVID-19. **Revista Polyphonia**, v. 31, n. 1, p. 325-344, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5216/rp.v31i1.66964>. Acesso em: 23 set. 2022.

CRUZ, Sílvia H.V.; MARTINS, Cristiane A.; CRUZ, Rosimeire C. de A. A educação infantil e demandas postas pela pandemia: intersectorialidade, identidade e retorno às atividades presenciais. **Zero-a-seis**, v. 23, p. 147-174, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2021.e79003>. Acesso em: 23 set. 2022.

DEJOURS, C.; Abdoucheli, E. Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. In Dejours, C.; Abdoucheli, E.; Jayet, C. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 2011, p. 119-145.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DEJOURS, C. **A avaliação do trabalho submetida à prova do real**. São Paulo: Blucher, 2008.

DEJOURS, C. **Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

DIEESE. **Boletim Emprego em pauta. Número 21 — junho de 2021**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2021/boletimEmpregoemPauta21.html>. Acesso em: 23 ago. 2022.

DIEHL, Liciane; MARIN, Angela H. Adoecimento mental em professores brasileiros: revisão sistemática da literatura. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 7, n. 2, p. 64-85, dez. 2016. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2236-64072016000200005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072016000200005&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 26 maio 2022.

FAGUNDES, Pedro A. **Impactos da pandemia de Covid-19 na saúde mental de professores sob a perspectiva de gestores de escolas públicas estaduais de Porto Alegre**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/236491>. Acesso em: 4 set. 2022.

FERREIRA, Luciana H.; BARBOSA, Andreza. Lições de Quarentena: limites e possibilidades da atuação docente em época de isolamento social. **Práxis Educativa**, v. 15, p. 1-24, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.15483.076>. Acesso em: 23 set. 2022.

FORATTINI, Cristina D.; LUCENA, Carlos A. Adoecimento e sofrimento docente na perspectiva da precarização do trabalho. **Laplage em Revista**, v. 1, n. 2, p. 32-47, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.24115/S2446-622020151219p.32-47>. Acesso em: 23 set. 2022.

GALLASCH, Cristiane H. *et al.* Prevenção relacionada à exposição ocupacional do profissional de saúde no cenário de COVID-19. **Revista Enfermagem UERJ**, v. 28, 2020. DOI: <https://doi.org/10.12957/reuerj.2020.49596>. Acesso em: 23 set. 2022.

GALLISA, Cristine. RS registra 3,7 mil casos de Covid em escolas estaduais; quase 2 mil instituições estão com aulas presenciais. **Portal G1**, 27 jul. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/07/27/rs-registra-37-mil-casos-de-covid-em-escolas-estaduais-quase-2-mil-instituicoes-estao-com-aulas-presenciais.ghtml>. Acesso em: 6 jun. 2022.

GOMES, Marco A. de O. *et al.* As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital e a precarização do trabalho docente. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 12, n. 47, p. 267-283, 2012. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v12i47.8640051>. Acesso em: 23 set. 2022.

GONÇALVES, Gustavo B. B.; GUIMARÃES, Jane M. de M. Aulas remotas, escolas vazias e a carga de trabalho docente. **Retratos da Escola**, v. 14, n. 30, p. 772-786, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22420/rde.v14i30.1203>. Acesso em: 23 set. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/8675>. Acesso em: 09 set. 2022

MARTINS, Ana C. B. L. *et al.* A experiência de professores no ensino remoto: dilemas, saúde mental e contextos de trabalho na pandemia. **Expressa Extensão**, v. 26, n. 2, p. 154-160, 2021. DOI: <https://doi.org/10.15210/ee.v26i2.20468>. Acesso em: 23 set. 2022.

MARTINS, Lúgia M.; DUARTE, Newton. **Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MINAYO, Maria C. de S. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely F.; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria C. de S. (Orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016.

MINAYO, Maria C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MOURA, J. da S. *et al.* A precarização do trabalho docente e o adoecimento mental no contexto neoliberal. **Revista Profissão Docente**, v. 19, n. 40, p. 01–17, 2019. DOI: <https://doi.org/10.31496/rpd.v19i40.1242>. Acesso em: 23 set. 2022.

OBSERVATÓRIO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Educação em números**. OPNE, 2020. Disponível em: <https://observatoriodopne.org.br/indicadores-de-contexto>. Acesso em: 8 set. 2022.

OLIVEIRA, Dalila A.; PEREIRA JUNIOR, Edmilson A. Trabalho docente em tempos de pandemia: mais um retrato da desigualdade educacional brasileira. **Retratos da Escola**, v. 14, n. 30, p. 719–734, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22420/rde.v14i30.1212>. Acesso em: 23 set. 2022.

OLIVEIRA, Erik C. de; SANTOS, Vera M. dos. Adoecimento mental docente em tempos de pandemia. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 4, p. 39193-39199, 2021. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv7n4-399>. Acesso em: 23 set. 2022.

PLÁ, Sebastián. La pandemia en la escuela: entre la opresión y la esperanza. In: CARDIEL, Hugo C. (Org). **Educación y pandemia: una visión académica**. Cidade do México: Universidade Nacional Autónoma do México, Instituto de Investigaciones sobre la Universidad e a Educación, 2020. p. 30-38.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 10.376, de 29 de março de 1995. Dispõe sobre a contratação de professores, por tempo determinado, para atender necessidade temporária do ensino, de excepcional interesse público, e dá outras providências. **Assembleia Legislativa**, 1995.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 15.579, de 30 de dezembro de 2020. Prorroga os contratos temporários para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público em até 3 (três) anos. **Assembleia Legislativa**, 2020.

SARAIVA, Karla; TRAVERSINI, Clarice; LOCKMANN, Kamila. A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. **Práxis Educativa**, v. 15, p. 1–24, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.16289.094>. Acesso em: 23 set. 2022.

SILVA, Luiz A.; PETRY, Zaida J. R.; UGGIONI, Natalino. Desafios da educação em tempos de pandemia: como conectar professores desconectados, relato da prática do estado de Santa Catarina. In: PALÚ, Janete; SCHÜTZ, Jenerton A.; MAYER, Leandro. **Desafios da Educação em tempos de pandemia**. Cruz Alta: Ilustração, p. 19-36, 2020.

SOARES, Sália B. V. Coronavírus e a modernização conservadora da educação. In: SOARES, Sália B. V. *et al.* **Coronavírus, educação e a luta de classes no Brasil**. Piauí: Terra Sem Amos, 2020. p. 5-14.

SOUTO, Xênia M. COVID-19: aspectos gerais e implicações globais. **Recital - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG**, v. 2, n. 1, p. 12–36, 2020. DOI: <https://doi.org/10.46636/recital.v2i1.90>. Acesso em: 23 set. 2022.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis: Vozes, 2014.

TOSTES, Maiza V. *et al.* Sofrimento mental de professores do ensino público. **Saúde em Debate**, v. 42, p. 87-99, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201811607>. Acesso em: 23 set. 2022.

UNESCO. **A Comissão Futuros da Educação da Unesco apela ao planejamento antecipado contra o aumento das desigualdades após a Covid-19**. Paris: UNESCO, 2020. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/comissao-futuros-da-educacao-da-unesco-apela-ao-planejamento-antecipado-o-aumento-das>. Acesso em: 6 jun. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard**. Geneva: WHO, 2022. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 23 set. 2022.

**Data da submissão: 24/10/2022**

**Data da aprovação: 08/12/2022**